



DOSSIÊ - ARTE E REVOLUÇÃO: DE QUE COR SÃO OS CRAVOS VERMELHOS DE ABRIL?

Entre a Resistência e o Silenciamento: o 25 de Abril, os opositores ao Estado Novo e as batalhas pela memória

Between Resistance and Silencing: 25 April, the Estado Novo's opponents and memory wars

Entre la Resistencia y el Silenciamiento: el 25 de abril, los opositores al Estado Novo y las batallas por la memoria

**Carla Patricia Silva
Ribeiro¹**

orcid.org/0000-0002-4068-3403
carlaribeiro@ese.ipp.pt

Recebido em: 09 maio. 2025.

Aprovado em: 07 abr. 2026.

Publicado em: 18 maio. 2026.

Resumo: Este artigo analisa a construção e disputa da(s) memória(s) em torno do 25 de Abril e dos opositores ao Estado Novo em Portugal, com especial atenção ao papel desempenhado por políticas públicas, iniciativas locais, expressões artísticas e acções da sociedade civil nas últimas décadas. Argumenta-se que a arte – através de intervenções no espaço público, performances, exposições, cinema e práticas visuais – constitui um meio privilegiado de reinscrição da memória histórica, actuando simultaneamente como forma de resistência, crítica e reimaginação do passado. Explora-se a forma como a memória da Revolução e da resistência à ditadura é continuamente (re)negociada, sobretudo no contexto das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. O texto destaca os desafios colocados pela distância geracional, a polarização ideológica e os riscos de banalização ou instrumentalização da memória. Através da análise de dispositivos memoriais – como museus, monumentos e obras artísticas – defende-se a necessidade de uma paisagem memorial crítica, descentralizada e participativa, que envolva activamente a criação artística como ferramenta essencial na preservação dos valores democráticos e da cidadania activa.

Palavras-chave: Revolução de 25 de Abril; resistência antifascista; memória(s); arte; paisagem memorial.

Abstract: This article examines the construction and contestation of memory(ies) surrounding the 25th of April and the opposition to the Estado Novo regime in Portugal, with particular attention to the roles played by public policies, local initiatives, artistic expressions, and civil society actions in recent decades. It argues that art – through public interventions, performances, exhibitions, cinema, and visual practices – functions as a privileged medium for reinscribing historical memory, simultaneously serving as a form of resistance, critique, and reimagination of the past. The study explores how the memory of the Revolution and the anti-dictatorship resistance is continuously (re)negotiated in the public sphere, especially in the context of the 50th anniversary commemorations. The article highlights the challenges posed by generational distance, growing ideological polarisation, and the risks of banalisation or instrumentalisation of memory. Through the analysis of memorial devices – including museums, monuments, and artistic works – it advocates for a critical, decentralised, and participatory memorial landscape, actively engaging artistic creation as an essential tool for preserving democratic values and active citizenship.

Keywords: 25 April Revolution; anti-fascist resistance; memory; art; memorial landscape.

Resumen: Este artículo analiza la construcción y la disputa de la(s) memoria(s) en torno a la Revolución del 25 de Abril y a la oposición al régimen del Estado Novo en Portugal, con especial atención al papel desempeñado por las polí-



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), Universidade do Porto e Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico do Porto, Porto, Portugal.

ticas públicas, las iniciativas locales, las expresiones artísticas y las acciones de la sociedad civil en las últimas décadas. Se sostiene que el arte – a través de intervenciones en el espacio público, performances, exposiciones, cine y prácticas visuales – constituye un medio privilegiado para reinscribir la memoria histórica, actuando simultáneamente como forma de resistencia, crítica y reimaginación del pasado. Se explora cómo la memoria de la Revolución y de la resistencia a la dictadura es continuamente (re)negociada en el espacio público, especialmente en el contexto de las conmemoraciones del 50.º aniversario. El texto destaca los desafíos derivados de la distancia generacional, la creciente polarización ideológica y los riesgos de banalización o instrumentalización de la memoria. A través del análisis de dispositivos memoriales – incluidos museos, monumentos y obras artísticas – se defiende la necesidad de un paisaje memorial crítico, descentralizado y participativo, que involucre activamente la creación artística como herramienta esencial para la preservación de los valores democráticos y de una ciudadanía activa.

Palabras clave: Revolución del 25 de abril; resistencia antifascista; memoria(s); arte; paisaje conmemorativo.

1 Introdução

O 25 de Abril de 1974 constituiu um marco decisivo na história do século XX português. Nesse dia, uma revolução militar conduzida pelo Movimento das Forças Armadas – composto em grande parte por capitães que haviam combatido na Guerra Colonial² – pôs termo ao Estado Novo. Este regime ditatorial de direita, que vigorou entre 1933 e 1974, inspirado no fascismo italiano, foi liderado por António de Oliveira Salazar e, mais tarde, por Marcello Caetano. Nesses 41 anos, o regime suprimiu sistematicamente os direitos políticos e sociais dos cidadãos. O período ficou marcado por prisões,

deportações, fixação de residência, espancamentos, purgas nas universidades, censura aos meios de comunicação social e às editoras, bloqueio das carreiras dos opositores ao regime, demissões por motivos político-ide-

ológicos, ausência de liberdade associativa (Raimundo, 2018, p. 23).

Segundo a Comissão do Livro Negro do Regime Fascista³, estima-se que tenha havido cerca de 30 000 presos políticos, além de um número indeterminado de perseguidos, torturados e exilados (Raimundo, 2015). A oposição ao regime foi diversa: até aos anos 1930, dominada por republicanos e anarco-sindicalistas; depois, pelo PCP, Partido Comunista Português (fundado em 1921 e ilegalizado após o golpe militar de 1926⁴), que se tornou a principal força clandestina de resistência. A cisão sino-soviética, no final da década de 1950, originou o aparecimento de grupos de extrema-esquerda. A eles juntaram-se dissidentes católicos, alguns sectores militares e, a partir de 1960, um movimento estudantil fortemente anti-ditadura (Raimundo; Pinto, 2016). Os opositores ao regime e os presos políticos incluíam militares, operários, camponeses, intelectuais e estudantes, e as diferenças ideológicas entre si eram profundas; porém, partilhavam uma causa comum: a luta pelas liberdades e pela restauração da democracia.

Como sucede em todas as revoluções que interrompem de forma radical a ordem vigente, também o 25 de Abril e os processos que o seguiram se tornaram alvo de disputas pela memória, no âmbito público. Isto porque a memória colectiva, como sublinha o historiador Fernando Rosas (2024, p. 13), "é uma construção social não unívoca, com diferentes declinações dominantes de acordo com a evolução histórica das relações de força nas sociedades". E, mesmo quando se apresenta como evocação nostálgica, o uso público da memória é, inevitavelmente,

² A Guerra Colonial Portuguesa (1961-1974), também conhecida como Guerra do Ultramar, foi um conflito armado travado entre o exército português e os movimentos independentistas das colónias africanas de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Foi um dos mais longos conflitos da descolonização africana, e provocou profundas transformações políticas, sociais e culturais em Portugal e nos territórios colonizados, culminando na Revolução de Abril, no fim do regime do Estado Novo e na independência destes territórios.

³ A Comissão foi criada em 1977, por proposta do primeiro-ministro, o socialista Mário Soares. Entendida com uma "tarefa de interesse nacional" e forma de combate ao ressurgimento de ideologias fascistas, o seu principal objectivo era dar resposta ao "profundo e generalizado sentimento da necessidade de apuramento e da reposição da verdade histórica", de forma a que se esclarecesse "a opinião pública sobre as violências e abusos praticados durante quase meio século em Portugal" (Portugal, Decreto-Lei n.º 110/78, 1978). A Comissão funcionou até 1991, publicando 25 relatórios sobre os principais instrumentos repressivos do regime, como a censura, a fraude eleitoral, a discriminação laboral, entre outros (Morais, 2016). Relativamente ao assunto dos presos políticos, os dados numéricos apresentados provêm do relatório da Comissão, *Presos políticos no regime fascista*, composto por três volumes publicados entre 1981 e 1984, cobrindo o período entre 1931 e 1945.

⁴ Esta ditadura militar foi instituída com o golpe de estado de 28 de Maio de 1926, tendo durado até 1933, data da aprovação de uma nova constituição e da formalização do regime ditatorial de cariz civil, o Estado Novo.

uma intervenção sobre o presente e os futuros possíveis (Rosas, 2024).

É neste contexto que, no século XXI, emergem duas grandes leituras do processo revolucionário: de um lado, os que entendem o 25 de Abril e a revolução como marcos históricos fundamentais, que põem fim à ditadura, à guerra e ao colonialismo e que iniciaram um processo de democratização da sociedade portuguesa; do outro, os que o descrevem como um período de instabilidade, caos e ameaça comunista, defendendo que a verdadeira democracia apenas se instaurou com os acontecimentos de 25 de Novembro de 1975⁵ (Ruivo, 2023).

Independentemente de quaisquer interpretações, a queda do Estado Novo deu lugar a um intenso processo de resignificação do espaço público (Gonçalves; Pereira; Ribeiro, 2024), visível em alterações toponímicas, inauguração de esculturas comemorativas e de memoriais, abertura de museus e outras iniciativas de cariz memorialista. Identificam-se ainda acções que integram aquilo que se pode designar como justiça de transição, entendida como “o esforço para a construção da paz sustentável após um período de conflito, de violência em massa ou de violação sistemática de direitos humanos” (Cionatto; Boff, 2013, p. 469). A justiça de transição implica julgamentos de responsáveis, reparações às vítimas, reformas institucionais e a preservação da memória histórica da luta pela liberdade e pela democracia (Cionatto; Boff, 2013).

Este artigo propõe-se estudar a memória pública do 25 de Abril e dos opositores ao Estado Novo, partindo do pressuposto de que certas memórias estão especialmente ameaçadas pelo esquecimento. A crescente distância temporal face aos acontecimentos e a ausência de ex-

periência vivida por parte das gerações actuais colocam novos desafios. Como assinalam Loff e Cardina (2024, p. 16), “o 25 de Abril é hoje, aparentemente, um objeto distante”, sendo que, para a maioria da população portuguesa, o contacto com a Revolução é já mediado, indireto e sujeito a reinterpretações.

Que transformações ocorreram na memória do 25 de Abril? Como são lembrados, hoje, os homens e mulheres que se opuseram ao Estado Novo? De que modo evoluiu a memorialização deste passado? Que formas de arte têm contribuído para manter viva a memória desta época histórica e dos opositores ao regime? Como tem sido utilizada a arte para reinterpretar o 25 de Abril, reconfigurando o seu significado para o presente? Estas são as questões centrais que este texto procurará explorar.

2 Memória, Poder e Disputa: o 25 de Abril na arena pública

A memória tornou-se, nas últimas décadas, uma presença dominante no espaço público das sociedades ocidentais, desempenhando um papel determinante na forma como o passado é interpretado, transmitido e mobilizado no presente, como confirma Aleida Assmann (2008, p. 54), quando se refere a um “memory boom”, no qual “activists, politicians, citizens, artists, film producers, media magnets, custodians of museums and many other experts are engaged in the common enterprise of reconstructing and shaping the past”⁶. Neste artigo, diversos entendimentos do conceito são convocados e coexistem, procurando-se nesta secção esclarecer os diferentes usos da categoria que serão mobilizados ao longo do texto.

⁵ O 25 de Novembro de 1975 assinala um momento crucial no processo de transição democrática em Portugal, marcando o desfecho de um período de intensa polarização política e social que se seguiu à Revolução. Nesta data, confrontaram-se duas visões opostas para o futuro do país: de um lado, sectores militares e civis que defendiam a continuidade da *via revolucionária*, com profundas transformações sociais e económicas; do outro, forças que propunham a consolidação de uma democracia representativa de modelo europeu. A intervenção militar liderada por oficiais moderados visou conter acções de unidades militares associadas à esquerda radical. A operação resultou na derrota das facções mais à esquerda, abrindo caminho para a estabilização política e a aprovação da Constituição de 1976. Contudo, o significado do 25 de Novembro permanece objecto de debate historiográfico. Para alguns, representou a salvaguarda da democracia pluralista e o fim de uma deriva autoritária; para outros, significou o encerramento abrupto de um processo revolucionário que visava uma transformação mais profunda da sociedade portuguesa. Esta ambivalência reflecte-se nas diferentes narrativas e memórias colectivas associadas à data.

⁶ Tradução minha: “boom da memória”, no qual “activistas, políticos, cidadãos, artistas, produtores de cinema, magnatas dos meios de comunicação, responsáveis por museus e muitos outros especialistas estão envolvidos na tarefa comum de reconstruir e moldar o passado”.

Como sublinha Enzo Traverso (2020, p. 20), a memória conjuga-se sempre no presente, isto é, o passado transforma-se em memória colectiva "depois de ter sido selecionado e reinterpretado segundo as sensibilidades culturais, as interrogações éticas e as conveniências políticas do presente". Esta perspectiva retoma o conceito de memória colectiva formulado por Maurice Halbwachs (1990), entendido como um conjunto de representações socialmente partilhadas, moldadas por quadros sociais que determinam aquilo que pode ser lembrado e aquilo que tende a ser esquecido. Em Halbwachs, as memórias individuais só existem enquanto articuladas em quadros sociais de pertença, o que implica que a memória colectiva deva ser entendida sempre no plural. Esta memória não constitui, assim, um simples repositório de factos passados, mas um sistema dinâmico de representações, produzido socialmente e atravessado por relações de poder. O passado é permanentemente reconstruído e vivificado à medida que é resignificado no interior dos quadros sociais que organizam a vida colectiva. Neste sentido, a memória colectiva vive sobretudo na tradição, entendida como o espaço mais amplo onde as lembranças se actualizam, se articulam entre si e se transmitem entre gerações, funcionando como uma forma de história vivente.

A este respeito, importa referir a crítica desenvolvida por James Fentress e Chris Wickham (1992) à concepção de memória colectiva de Halbwachs. Segundo estes autores, embora a memória seja indissociável do contexto social, é o indivíduo quem recorda: os processos cognitivos da rememoração são influenciados pelas estruturas sociais, mas não determinados mecanicamente por elas. Desta forma, para evitar uma visão excessivamente durkheimiana da memória, Fentress e Wickham propõem o conceito de memória social, sublinhando a tensão dialéctica entre a experiência individual e os quadros colectivos de significação, e recusando a ideia do indivíduo como mero autómato da memória colectiva.

Neste enquadramento, a memória social cor-

responde, portanto, ao campo mais amplo onde as representações da memória colectiva circulam, se confrontam e se estabilizam temporariamente. Stuart Hall (1997) propôs que ela se estrutura a partir de referentes de significação culturalmente situados, que definem os sentidos do passado em função das preocupações do presente. Neste sentido, como observa Traverso (2020), a memória social não é neutra nem estável, mas antes um campo de forças atravessado por conflitos, disputas e hierarquias. E determinados grupos encontram-se melhor posicionados para impor a sua versão do passado, e construir uma memória social que se converte em memória dominante. São as *memórias fortes*, as memórias oficiais alimentadas pelos Estados, por oposição às *memórias fracas*, que correspondem a experiências que permanecem marginalizadas, silenciadas ou excluídas, que são instáveis, fragmentárias e muitas vezes orais. Este processo evidencia que, quanto mais forte é uma memória, mais hipóteses tem de ser convertida em memória pública, integradas nos currículos escolares, museus e comemorações. No entanto, Traverso ressalta que "força e reconhecimento não são dados fixos e imutáveis, evoluem, consolidam-se ou fragilizam-se, contribuindo em permanência para a definição do estatuto da memória" (Traverso, 2020, p. 86).

Neste contexto, a memória pública é aqui entendida como a forma institucionalizada da memória social. Tal como assinala Pierre Nora (1989), a memória pública cristaliza-se através de lugares de memória, dispositivos como comemorações, monumentos, museus, currículos escolares ou discursos oficiais, funcionando como mecanismos de fixação simbólica do passado. Estes mecanismos tendem a estabilizar determinadas leituras históricas, frequentemente desligadas da complexidade e da conflitualidade dos processos sociais que lhes deram origem. Ao diferenciar memória e história, Nora sublinha que a memória é viva, afectiva e sujeita à dialéctica da lembrança e do esquecimento, estando, por isso, disponível a usos e manipulações; em contrapartida, a história corresponde a uma re-

construção crítica e problemática de um passado que já não existe, e exige distanciamento crítico e verificação metodológica, como adverte Paul Ricoeur (2003).

Esta diferenciação evidencia a tensão metodológica entre memória e história, uma tensão que se torna particularmente visível nos processos de construção de narrativas nacionais. Embora a memória constitua uma fonte fundamental para o trabalho historiográfico, não pode ser confundida com a história em si. A história alimenta-se da memória, podendo tomá-la como objecto, matéria-prima ou ponto de partida, mas não pode fundar-se exclusivamente nela sem correr o risco de reproduzir a sua parcialidade, subjectividade ou deformação. A memória pública, assim, não pode ser confundida com uma reconstrução histórica do passado, mas deve ser entendida como uma construção situada, sujeita a disputas e reinterpretações, numa ordem que faça sentido para as comunidades e os indivíduos que a evocam. No caso do 25 de Abril, a memória pública deste evento não se confunde com uma reconstrução histórica objectiva do que ocorreu. A sua interpretação continua a ser uma construção situada, fortemente influenciada por disputas políticas e sociais, tornando-a um campo aberto a reinterpretações constantes.

A este respeito, a distinção proposta por Assmann (2008), entre memória comunicativa, assente na experiência vivida, na oralidade e na transmissão intergeracional de curto alcance, e memória cultural, correspondendo a uma forma estabilizada e institucionalizada de memória, preservada por meio de arquivos, rituais, monumentos, museus e sistemas educativos, permite aprofundar esta análise. Neste sentido, a memória do 25 de Abril pode ser entendida como o resultado de uma passagem progressiva da memória comunicativa, vivida pelos protagonistas da Revolução, para uma memória cultural regulada por dispositivos políticos e simbólicos.

A memória pública não constitui, portanto, um campo neutro ou consensual; pelo contrário, ela funciona como um instrumento de poder, estando intrinsecamente ligada ao que pode

ser designado como memória política, isto é, o uso estratégico do passado na legitimação de projectos, discursos e posicionamentos ideológicos no presente. A memória política selecciona acontecimentos, hierarquiza significados e produz narrativas que servem objectivos específicos, contribuindo para naturalizar determinadas interpretações da história e para marginalizar outras. Assim, ao contrário da memória colectiva, mais difusa, e da memória pública, institucional, a memória política é intencional, instrumental e conflituosa.

Como sublinha Assmann (2008), a memória cultural, aqui no sentido de memória pública, é inseparável das políticas da memória, isto é, das decisões sobre o que deve ser lembrado, transmitido ou esquecido no espaço público. No caso português, o 25 de Abril constitui um exemplo paradigmático desta dinâmica, uma vez que o seu significado e legado têm sido continuamente reinterpretados e apropriados conforme os contextos políticos e ideológicos e as correlações de força em cada momento histórico.

Neste contexto, a memória constitui um verdadeiro campo de disputa. Michel Foucault (1977) propôs o conceito de contra-memória para designar os discursos e práticas que desafiam as narrativas hegemónicas, expondo os silêncios e exclusões produzidos pelo poder. A contra-memória, nesse sentido, não visa substituir uma versão do passado por outra, mas revelar os mecanismos através dos quais certas memórias se tornam legítimas enquanto outras são silenciadas e marginalizadas, abrindo espaço a leituras alternativas e críticas. As *memórias fracas* de Traverso, associadas às experiências dos excluídos, dos vencidos ou dos esquecidos da memória pública, oficializada, aproximam-se então desta noção, ao revelarem contranarrativas que resistem à institucionalização do passado e mantêm vivas formas alternativas de recordação.

Aplicando este enquadramento ao contexto português, Rui Bebiano (2024) identifica dois modelos principais de construção da memória pública da Revolução. Por um lado, um modelo celebratório e cerimonial, promovido sobretudo

por entidades oficiais, que tende a cristalizar uma visão ritualizada e consensual do 25 de Abril. Gonçalves, Pereira e Ribeiro (2024, p. 251) interpretam este modelo como uma memória forte, orientada por “estratégias de fixação e normalização de uma determinada ideia de Revolução”. Por outro lado, subsiste uma memória de natureza mais pessoal, afectiva e enraizada na experiência directa do período revolucionário, frequentemente marcada pela nostalgia, pela frustração ou pelo desencanto. Esta memória opera como uma forma de contra-memória, apresentando “contranarrativas resistentes aos discursos oficiais” (Gonçalves; Pereira; Ribeiro, 2024, p. 251) que por vezes se opõem mesmo à versão institucionalizada da Revolução.

Estes dois modelos revelam as tensões próprias do campo memorial: entre institucionalização e subjectividade, entre celebração oficial e vivência pessoal, entre hegemonia e resistência. A coexistência destas memórias evidencia que o 25 de Abril não constitui um acontecimento encerrado, mas um campo aberto de disputa simbólica, sendo continuamente reconfigurado à luz dos enquadramentos políticos, culturais e ideológicos do presente, confirmando que a memória não é apenas um exercício de evocação, mas um terreno activo de poder, conflito e renegociação permanente do sentido histórico.

Como adverte Todorov (2013), o risco não reside apenas no esquecimento, mas também no abuso da memória, isto é, na sua instrumentalização política e moral. A advertência de Todorov sobre os abusos da memória introduz uma dimensão ética fundamental à análise do campo memorial, ao alertar para os riscos tanto da sacralização quanto da banalização do passado, que podem converter a memória num instrumento de bloqueio do presente em vez de um recurso crítico.

Deste modo, a análise da memória do 25 de Abril exige a distinção entre diferentes níveis de elaboração do passado. A memória colectiva, tal como formulada por Halbwachs, constitui o quadro social onde o passado é partilhado e resignificado; a memória social corresponde ao espaço de circulação e disputa dessas

representações; a memória pública traduz a sua institucionalização através de dispositivos políticos, educativos e culturais; e a memória política revela o uso estratégico do passado na legitimação de projectos ideológicos no presente. Neste contexto, a contra-memória, nos termos de Foucault, surge como um instrumento crítico fundamental, capaz de expor os silêncios e exclusões produzidos pelas narrativas dominantes. A coexistência e tensão entre estas formas de memória demonstram que o 25 de Abril não constitui um acontecimento estabilizado, mas permanece um espaço de negociação permanente entre história, política e identidade, no qual se confrontam diferentes projetos de leitura do passado e diferentes visões do presente.

3 Entre a Celebração e o Esquecimento: políticas da memória em torno do 25 de Abril

Partindo dos dois modelos elencados – o celebratório e o nostálgico – procuro nesta secção apresentar e discutir um conjunto de acções e iniciativas respeitantes à memória comemorativa do 25 de Abril e dos opositores ao Estado Novo, desde 1974 até à actualidade.

Para tal, adopto a grelha interpretativa proposta por Henry Rousso (1991) na sua obra clássica *A Síndrome de Vichy*, onde o autor delinea uma leitura sociopsicológica da evolução da memória colectiva em torno de episódios históricos traumáticos. Esta perspectiva estrutura-se em três fases – acontecimento, recalçamento e anamnese – permitindo observar como a forma de recordar se transforma ao longo do tempo. Complementarmente, retomo a proposta de Manuel Loff (2014, p. 29), que destaca a forma como a memória da ditadura em Portugal se entrelaça “com a história dos portugueses, com as suas esperanças e as suas desilusões, com a conquista e perda de direitos, com a adesão e a rejeição do sistema político criado entre 1974 e 1976”.

A partir desta matriz analítica, estruturam-se quatro ciclos distintos da memória pública do 25 de Abril, em parte baseados na periodização

seguida por Manuel Loff e também por Luís Farinha.

3.1 1974-1976 – *Justiça de transição e memória viva*

O primeiro ciclo da memória pública do 25 de Abril está intrinsecamente associado ao próprio acontecimento revolucionário e ao período subsequente conhecido como Processo Revolucionário em Curso (PREC), entre 1974 e 1976, um tempo de elevada intensidade, em que se procurou proceder a uma profunda reconfiguração da ordem política e simbólica do país.

Em termos memorialísticos, este ciclo ficou marcado pela condenação activa do passado ditatorial, pela denúncia pública dos crimes do regime e por uma clara vontade de responsabilizar os seus protagonistas, traduzindo-se num dos momentos mais marcantes de justiça de transição da história portuguesa contemporânea.

Destaca-se, neste âmbito, a criação de mecanismos concretos de responsabilização cívica e criminal dos agentes do Estado Novo. Logo em 1974, foi estabelecida a Comissão Nacional de Inquérito, que procurava apurar abusos de poder, atentados contra os direitos dos cidadãos e práticas de corrupção cometidas entre 1926 e 1974, com o propósito de dar “satisfação aos anseios colectivos de justiça” (Portugal, Decreto-Lei n.º 396/74, 1974). Paralelamente, criou-se o Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa⁷, com competência para instruir processos-crime contra ex-funcionários desses organismos repressivos, que foram levados a julgamento em Tribunais Militares em 1976.

Este ajuste de contas com o passado incluiu ainda o afastamento de colaboradores do regime das suas funções e a limitação de direitos políticos de antigos agentes da PIDE/DGS (Raimundo; Pinto, 2016). Contudo, como observa Irene Flunser Pimentel (2023, p. 127), o processo foi incompleto e marcado por alguma benevolência judicial:

A maior parte dos elementos da ex-PIDE/DGS julgados foram condenados a penas equivalentes ao tempo de prisão preventiva já cumprida, além de lhes terem sido consideradas atenuantes e atribuídos perdões que permitiram a sua libertação definitiva imediata, no dia do julgamento.

Em simultâneo, a memória viva da resistência começou a ser cultivada por associações de ex-presos políticos e antigos opositores. Logo em 1974 surgiu a Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas (AEPPA) e, em 1976, foi fundada a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), com o intuito de preservar e divulgar a memória da luta contra o fascismo.

Este ciclo foi também marcado por iniciativas simbólicas de grande carga memorial, ainda que algumas já extravasem o período do PREC. Destaca-se, nesse sentido, a trasladação dos restos mortais dos 32 homens que morreram entre 1936 e 1954 no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, para o Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 1978. Foi aí erguido um mausoléu memorial, por subscrição pública, numa iniciativa que partiu da sociedade civil, concretamente da Comissão Promotora da Trasladação, composta por sobreviventes do Tarrafal, familiares dos falecidos e diversas figuras públicas associadas à luta pela liberdade (Ruivo, 2023).

Paralelamente às acções de justiça de transição e de homenagem institucional, houve igualmente um forte investimento simbólico e cultural na celebração da Revolução. Tal como nota Pierre Nora (1989), tratava-se de uma memória viva, espontânea e encarnada nas práticas colectivas – presente nas ruas, nas canções de intervenção, nos murais políticos e nas assembleias populares. Mas também na Sétima Arte, com filmes como *As Armas e o Povo* (1975, Colectivo de Trabalhadores da Actividade Cinematográfica) ou *Continuar a Viver* (1976, António da Cunha Telles), documentos cinematográficos funda-

⁷ A PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), designada Direcção-Geral de Segurança (DGS) entre 1969 e 1974, e a Legião Portuguesa constituíram dois dos principais aparelhos repressivos do Estado Novo. A primeira desempenhou o papel de polícia política, incumbida da vigilância, repressão e neutralização das diversas formas de dissidência e oposição ao regime. A segunda, criada em 1936 pelo Decreto-Lei n.º 27 058 com a missão declarada de “defender o património espiritual da Nação e combater a ameaça comunista e o anarquismo”, assumiu, a partir da década de 1940, uma função de apoio ao regime sob a forma de organização de defesa civil, funcionando também como instrumento de mobilização ideológica e vigilância social.

mentais que captam o espírito revolucionário vivido em Portugal na sequência do 25 de Abril de 1974. Cada um à sua maneira, ambos revelam diferentes dimensões do processo de democratização e transformação social. As duas obras são expressões claras de um cinema militante e comprometido com o processo revolucionário: idealizam o povo como sujeito histórico activo, celebram a queda do Estado Novo e veem o 25 de Abril como ponto de viragem nacional, não só no plano político, mas também social e cultural. Mostram que a mobilização popular foi intensa, e apresentam a Revolução como acto fundador da democracia portuguesa, num tom épico e colectivo, aparecendo os *capitães de Abril* como heróis consensuais.

No entanto, este processo de construção memorial tendeu a homogeneizar a diversidade da resistência ao Estado Novo, absorvendo as diferenças ideológicas e sociais numa narrativa de unidade. As figuras mais incómodas ou radicais, bem como os opositores anónimos – operários, militantes clandestinos, estudantes – foram muitas vezes secundarizados ou, mesmo, suprimidos na narrativa dominante.

Não será exagerado afirmar-se que este primeiro ciclo de memória exalta a Revolução como mito fundador da democracia portuguesa.

3.2 1976-anos 1990 – A institucionalização e o recalçamento da memória

O segundo ciclo da memória pública do 25 de Abril e da resistência ao Estado Novo fica marcado por um esforço crescente de reconciliação nacional, institucionalização democrática e pacificação simbólica do passado. Após os anos intensos do PREC, instala-se uma nova ordem política: a consolidação da democracia liberal, a integração europeia de Portugal e o fim da Guerra Fria. Neste novo contexto, o discurso dominante sobre a Revolução perdeu parte da sua carga mobilizadora, e deu lugar a uma memória mais ritualizada e consensualizada, menos participativa e mais contida.

Luís Farinha (2022, p. 8) descreve esta fase como um período de "recalçamento e amnésia

– em parte impostos, em parte consentidos e desejados". Tal como observa Traverso (2020), as memórias que se tornam dominantes em contextos de estabilização tendem a privilegiar narrativas reconfortantes e inclusivas, que diluem os conflitos e apagam os antagonismos. A memória do 25 de Abril foi, nesse sentido, reformulada numa imagem de uma transição pacífica e exemplar – uma visão que, embora amplamente difundida, oculta a complexidade do processo revolucionário.

Assiste-se, assim, a uma progressiva atenuação do ímpeto memorial revolucionário, acompanhado por uma retracção na visibilidade pública da ditadura e das suas vítimas. A vitória eleitoral de forças políticas de direita – a Aliança Democrática em 1979/80 e o Partido Social-Democrata entre 1985 e 1995, incluindo uma maioria absoluta entre 1987 e 1991 – consolidou uma hegemonia conservadora no plano político, favorável à afirmação de discursos que minimizavam (ou negavam) a centralidade da Revolução como processo radical de transformação social (Ruivo, 2023; Soutelo, 2015).

É neste quadro que, segundo Francisco Ruivo (2023, p. 12), emerge a tese do "duplo legado" da democracia portuguesa, que opõe o "autoritarismo" do Estado Novo ao "totalitarismo" atribuído ao processo revolucionário. Esta ideia serviu, frequentemente, para relativizar o papel transformador da Revolução, contribuindo para uma "política do silêncio" (Bebiano, 2015, p. 42) sobre a repressão e a diversidade da oposição antifascista.

Estas disputas em torno da memória ganham particular visibilidade em momentos de celebração oficial, nos quais a forma de representar o passado se torna objecto de confronto simbólico. Um dos episódios mais marcantes ocorreu em 1994, no âmbito das comemorações dos vinte anos da Revolução. Um debate televisivo contou com a presença de Óscar Cardoso, ex-agente da PIDE, o que gerou forte indignação pública. O convite foi amplamente interpretado como um sinal de revisionismo histórico e um gesto de branqueamento do passado ditatorial, agravado

pelo facto de Cardoso ter sido condecorado pelo Estado dois anos antes por "altos e assinalados serviços prestados à pátria" (Soutelo, 2015, p. 12).

Apesar da aparente retracção, este período não foi desprovido de iniciativas relevantes no campo da justiça e da memória. Em 1977, como já mencionado, criava-se a Comissão do Livro Negro do Regime Fascista, que Filipa Raimundo e António Costa Pinto (2016) consideram como o mais próximo que Portugal teve de uma comissão da verdade. Ainda neste ano, instituiu-se uma pensão para cidadãos que se tivessem distinguido por méritos excepcionais na defesa da liberdade e da democracia, procurando dessa forma expressar "apreço e gratidão" às vítimas ou familiares das vítimas da ditadura, evitando que caíssem "no esquecimento formas paradigmáticas de luta" (Portugal, Decreto-Lei n.º 171/77, 1977). A esta pensão somaram-se, nos anos seguintes, medidas de reparação financeira: em 1987, foram criadas pensões vitalícias para os sobreviventes do Tarrafal e, em 1989, para os participantes na Greve Geral de 18 de Janeiro de 1934. Mais tarde, em 1997, aprovou-se legislação que reconhecia aos militantes antifascistas o direito a pensões de velhice e invalidez, bem como benefícios fiscais, mediante prova da sua actividade clandestina e da perseguição sofrida entre 1926 e 1974 (Raimundo; Pinto, 2016).

Por fim, salienta-se a criação de duas instituições emblemáticas, no campo da preservação e divulgação da memória histórica: a Fundação Mário Soares (em 1991), com um acervo fundamental para a história contemporânea portuguesa, e a Biblioteca-Museu República e Resistência (de 1993 a 2019), dedicada ao estudo da oposição à ditadura e à Revolução.

Do ponto de vista teórico, este ciclo corresponde à fase em que a memória institucionalizada se ritualiza, perdendo parte do seu potencial transformador. A recordação do 25 de Abril é convocada em moldes cerimoniais, distanciados da emoção e da participação popular que marcaram o ciclo anterior. O processo revolucionário começou a ser lido como um passado concluído, encerrado na história nacional. Jeffrey Olick (2007)

descreve este fenómeno como um regime de memória, no qual o Estado define os limites do que é lembrado e o modo como deve ser representado. Para Traverso (2020), esta é a fase em que as memórias fortes tendem a cristalizar-se, tornando-se narrativas dominantes, relegando para a sombra as memórias subterrâneas, aquelas que não encontram lugar nos consensos simbólicos construídos no pós-revolução.

Esta fase é também marcada por silenciamentos selectivos, nomeadamente das esquerdas revolucionárias e dos protagonistas menos compatíveis com a narrativa dominante da democracia liberal, como os presos políticos menos conhecidos, os movimentos operários radicais e os opositores anónimos. A institucionalização da memória trouxe, assim, tanto reconhecimento simbólico como diluição das tensões históricas, promovendo uma visão reconciliadora que, ao mesmo tempo que homenageava os resistentes, desvalorizava a profundidade e complexidade das suas lutas.

Em síntese, este segundo ciclo corresponde a um processo de normalização e desradicalização da memória do 25 de Abril, no qual a resistência ao Estado Novo e os seus protagonistas passaram a ocupar um lugar simbólico mais estático, cerimonial e depurado. Se o primeiro ciclo foi dominado pela força mobilizadora da memória viva, o segundo marca o início da sua historicização controlada, com efeitos duradouros na forma como a Revolução passou a ser representada e comemorada. Porém, não foi definitivo: as tensões não resolvidas e as memórias marginalizadas são elementos que irão reaparecer, reconfigurados, nas disputas memoriais dos anos seguintes.

3.3 Inícios dos anos 2000-2020 – Contra-memórias e reconfiguração memorial

Com o advento do século XXI, a lembrança pública do 25 de Abril e das formas de oposição ao Estado Novo entrou num novo ciclo. Este período distingue-se por uma intensificação do debate em torno do passado ditatorial e revolucionário, catalisado por transformações sociais, mediáticas e políticas. Em contraste com o ciclo anterior – no

qual a memória se encontrava amplamente estabelecida e institucionalizada – assiste-se, neste novo momento, a uma reconfiguração dinâmica, crítica e, em muitos casos, polarizada da memória, coletiva e pública, com o (res)surgimento de memórias alternativas e contestatárias.

Esta mutação resultou de diversos factores estruturais. Por um lado, os efeitos profundos da crise económica e financeira de 2008 contribuíram para o aumento da desilusão relativamente ao regime democrático, propiciando o reaparecimento de discursos de reinterpretação e confronto com o passado, disseminados tanto por sectores à esquerda como à direita do espectro político. Por outro lado, o surgimento de novas gerações de investigadores, artistas e activistas conduziu ao resgate de narrativas silenciadas, memórias obliteradas e protagonistas marginalizados da resistência à ditadura.

Neste novo enquadramento memorial, os antigos opositores anónimos e ex-presos políticos – operários, estudantes, mulheres perseguidas pela PIDE, dissidentes católicos, entre outros – intensificaram a reivindicação do direito à memória. À sua memória. Tal reivindicação consubstanciou-se na denúncia do silenciamento e da relativização da responsabilidade dos autores da violência política, mas, sobretudo, na exigência de reconhecimento público dos danos infligidos às vítimas do Estado Novo, assumindo a forma de propostas para a implementação de políticas públicas que dignificassem a luta dos ex-combatentes e garantissem a preservação da memória da resistência (Farinha, 2022).

As referidas reivindicações emergiram, em larga medida, como reacção a episódios considerados ofensivos para a memória democrática, ocorridos na primeira década do novo século: a eleição de Oliveira Salazar como figura vencedora do concurso televisivo *Grandes Portugueses*, emitido pela televisão pública; a mobilização em Santa Comba Dão, a sua terra natal, para a criação de um museu dedicado à sua vida e obra; e, ainda, a reconversão da antiga sede da polícia política, em Lisboa, num empreendimento habitacional de luxo (Farinha, 2022).

O inquérito realizado pelo Instituto de Ciências Sociais, em 2016 – *Memória da Oposição e Resistên-*

cia ao Estado Novo – confirmou a persistência de um sentimento de desvalorização histórica entre os inquiridos, constituídos por antigos resistentes que sofreram detenção ou prisão, que viveram na clandestinidade ou no exílio, ou que foram desertores ou refractários: cerca de 72% consideraram que as vítimas da repressão ainda não tinham recebido o reconhecimento adequado pela sua luta em prol da democracia e da liberdade, dado que sugere que, embora existam mecanismos de compensação e reparação simbólica e material, estes são percebidos como insuficientes face ao sacrifício vivido por essas gerações (Raimundo; Pinto, 2016).

Eventualmente decorrentes do estímulo proporcionado pelo debate em torno da Lei da Memória Histórica em Espanha, este conjunto de acontecimentos contribuiu para uma intensificação da mobilização da sociedade civil na defesa dos valores democráticos e na salvaguarda da memória da resistência antifascista (Raimundo, 2015).

Um dos reflexos mais visíveis desta reactivação foi o renovado dinamismo cultural e artístico em torno da memória coletiva e social da resistência ao Estado Novo, com especial destaque, e tal como já foi referido, para os exilados, presos políticos e mulheres resistentes. Assim, assistiu-se à multiplicação de exposições e espectáculos de teatro que procuraram resgatar figuras esquecidas, militantes de base e episódios silenciados da repressão e da luta antifascista, e que abordam, de forma crítica e não institucional, o 25 de Abril e o legado do Estado Novo.

Destaca-se, em particular, o trabalho do Teatro do Vestido, dirigido por Joana Craveiro, cuja prática artística se centra na exploração da memória e na sua relação com a sociedade, articulando arquivo, testemunho, autobiografia e história oral, e funcionando como um verdadeiro dispositivo de contra-memória. Projetos como *Um Museu Vivo de Memórias Pequenas e Esquecidas* e *Elas Também Estiveram Lá* exemplificam essa abordagem, alinhando-se com a perspectiva de Enzo Traverso, ao recusar a pacificação do passado e ao conferir centralidade a memórias marginais, subalternas e silenciadas. No caso particular de *Um Museu Vivo de Memórias Pequenas e Esquecidas*,

o espectáculo revisita mais de oito décadas da história política portuguesa a partir de testemunhos, objectos e memórias pessoais, cruzando a memória individual e colectiva. A peça dá voz a narrativas anónimas, frequentemente ausentes dos discursos oficiais, constituindo uma investigação performática que privilegia as memórias frequentemente esquecidas, abordando a transformação do significado dos acontecimentos históricos ao longo do tempo e propondo uma reflexão crítica sobre os processos de silenciamento e reinvenção da memória.

Também a obra de Tiago Rodrigues se afirma como um teatro político e comprometido, que mobiliza a memória histórica para problematizar a democracia contemporânea. Em peças como *Três dedos abaixo do joelho*, o autor parte dos arquivos da censura do Estado Novo, transformando os relatórios dos censores em matéria dramática e expondo, de forma irónica e poética, os mecanismos de repressão da liberdade artística. Já em *Catarina e a Beleza de Matar Fascistas*, Rodrigues projecta um futuro próximo para questionar os limites da defesa democrática face à extrema-direita, evidenciando as tensões entre consenso democrático e conflito político. Ao evitar uma leitura celebratória do 25 de Abril, estas criações contribuem para uma reflexão crítica sobre a transmissão intergeracional da memória antifascista e sobre o legado desse momento histórico no presente, sublinhando o papel do teatro como espaço de questionamento político e construção de consciência crítica.

A imprensa escrita e a rádio desempenharam igualmente um papel relevante nesta renovação da memória: investigações jornalísticas publicadas no Expresso, como as de José Pedro Castanheira e Joana Pereira Bastos, ou o programa radiofónico *No Limite da Dor*, de Ana Aranha, deram voz a protagonistas silenciados e contribuíram para um olhar mais plural e humanizado sobre o passado ditatorial (Ruivo, 2023).

No plano audiovisual, o cinema e a televisão contribuíram de forma decisiva para a revalorização da Revolução de Abril e da resistência antifascista, sobretudo junto do público mais jovem. Apesar de

lançado em 2000, o filme *Capitães de Abril*, de Maria de Medeiros, manteve uma presença constante em escolas e ciclos de exibição televisiva, oferecendo uma leitura humanizada e épica do 25 de Abril. Já a série *3 Mulheres* (2018, RTP) destacou o papel de figuras femininas como Natália Correia, Maria Lamas e Snu Abecassis, ajudando a despatriarcalizar a memória do antifascismo e a evidenciar o protagonismo das mulheres na resistência cultural e política. Outros exemplos relevantes incluem a re-exibição e debate de obras como *As Armas e o Povo*, documentário de 1975, além dos trabalhos documentais de realizadores como Susana de Sousa Dias, Jacinto Godinho e Diana Andringa (Ruivo, 2023). Estas produções contribuíram para a reconstrução crítica da memória pública, muitas vezes em oposição a narrativas despolitizadas da história recente, promovendo um olhar mais consciente e plural sobre o passado e o seu legado democrático.

No campo editorial, este período assistiu a um incremento das publicações dedicadas a memórias de exilados e presos políticos, frequentemente apresentadas com prefácios actualizados e novos enquadramentos históricos. Obras como *Exilados: Não Esquecem Nada Mas Falam Pouco* (2015), de Manuel Pedroso Marques, reuniram testemunhos de portugueses forçados ao exílio, revelando a dimensão íntima e política das suas experiências. Através das suas vozes, emerge uma memória partilhada marcada pela perda, resistência e esperança. Paralelamente, começaram a ganhar maior visibilidade os relatos de resistência feminina, destacando-se *Memórias de uma Falsificadora* (2018), de Margarida Tengarrinha, uma obra que procura resgatar do esquecimento e homenagear não apenas os protagonistas visíveis da luta política, mas também aqueles que resistiram ao regime de forma anónima e discreta. Tengarrinha dá a conhecer a coragem, determinação, sacrifícios e medos de homens e mulheres que viveram e actuaram na clandestinidade, contribuindo, de forma muitas vezes invisível, para a queda do regime. Entre as suas páginas, desfilam figuras conhecidas do PCP, da sociedade e da cultura portuguesa, mas também militantes anónimos que, na linha da frente ou na rectaguarda, prestaram apoio material e moral,

desempenhando um papel essencial na continuidade da luta.

Neste mesmo contexto, várias obras clássicas da resistência foram objecto de reedição, numa tentativa clara de reinscrever a memória antifascista no espaço público. As Cartas da Prisão, de Álvaro Cunhal, escritas entre 1949 e 1964, em estabelecimentos prisionais como o Aljube, foram reeditadas em 2008, no âmbito das comemorações do seu 95.º aniversário, adquirindo renovado valor como documento histórico e testemunho íntimo da repressão e da perseverança ideológica. O romance Esteiros, de Soeiro Pereira Gomes, símbolo do neorrealismo português e denúncia da exploração infantil, conheceu nova edição em 2020, mantendo-se como uma referência incontornável da literatura de combate. Da mesma forma, a coletânea O Canto e as Armas, de Manuel Alegre, foi reeditada em 2017, por ocasião dos 50 anos da sua publicação original, reiterando o lugar central da poesia na construção simbólica da luta contra a opressão.

Por fim, no campo das artes visuais, destaca-se o trabalho de Ângela Ferreira, que articula memória revolucionária e memória colonial, revelando tanto as continuidades como as rupturas geradas pela Revolução de 25 de Abril. A artista, conhecida pela sua investigação crítica sobre questões históricas e sociais, recorre a elementos da memória histórica e das teorias pós-coloniais, propondo uma reflexão que desafia as abordagens tradicionais da história e, muitas vezes, revela aspectos negligenciados das grandes narrativas. O seu interesse por estes temas reflecte-se em exposições como *Abril Vermelho*, que reuniu 21 artistas para refletir sobre os 50 anos de liberdade e democracia em Portugal, abordando o legado do 25 de Abril e as memórias associadas ao regime colonial, e apresentando-se como um espaço de reflexão crítica sobre o que foi cumprido e o que ainda falta ser realizado desde a Revolução. Já na exposição *SAAL Neon 2023*, a artista explora o legado do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) – programa de construção habitacional pós-25 de Abril, que visava suprir as necessidades habitacionais das populações desfavorecidas – reflectindo sobre

as implicações sociais e políticas desse programa revolucionário, mostrando como a arte contemporânea pode relacionar-se com a revolução e seus legados.

Em suma, através desta diversidade de produções, o eixo narrativo deslocou-se do herói consensual – o “capitão de Abril” – para testemunhos pessoais e memórias subterrâneas, muitas vezes marcadas pela dor, pelo exílio ou pela clandestinidade, num contexto em que assume particular relevância, como mencionado já, o conceito de contra-memória de Foucault.

Simultaneamente, este terceiro ciclo foi atravessado por uma crescente disputa ideológica em torno das representações do passado. A ascensão das direitas populistas em Portugal e noutros contextos europeus favoreceu o surgimento de leituras revisionistas que procuraram atenuar a gravidade dos crimes perpetrados pelo Estado Novo ou questionar o carácter transformador da Revolução de Abril. Perante este cenário, historiadores como Manuel Loff (2014, p. 138) alertam para “a batalha pela memória, aberta, desabrida, dos últimos dez anos” e para “o avanço do discurso revisionista da direita historiográfica, que tomou conta do poder político durante os governos da Direita no período cavaquista”, salientando que “a memória antifascista da Revolução” tem estado sob ataque. Esta reactivação das polémicas em torno da história recente insere-se no quadro teórico das guerras de memória, conforme conceptualizado por Traverso (2020), nas quais distintos actores sociais e políticos disputam o controlo simbólico do passado, sendo que a memória política desempenha aqui um papel central, ao moldar as narrativas históricas que sustentam ou contestam as construções ideológicas e as posições de poder vigentes.

Neste contexto, merece destaque a resolução aprovada pela Assembleia da República em 2008, por proposta do Partido Socialista, que recomendava a divulgação da memória da luta pela democracia às novas gerações, através da criação de roteiros nacionais e regionais e da preservação e valorização dos locais e edifícios históricos associados à resistência antifascista, incluindo os que simbolizam a vitória da Revolução de 25 de Abril de 1974

(Raimundo; Pinto, 2016).

Uma parte deste esforço foi concretizada por museus de memória, que conservam património físico, mas que procuram, sobretudo, enfrentar o desafio de superar o passado sem o negar, desempenhando um papel cívico e educativo crucial e promovendo uma cidadania crítica e informada. Um caso exemplar neste domínio é o do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, inaugurado em 2015: trata-se de um espaço dedicado à memória da resistência, onde o sofrimento imposto pelo regime é preservado não como mero objecto de contemplação, mas como testemunho pedagógico de um passado que não pode nem deve ser esquecido.

Este ciclo revelou com particular nitidez a emergência de memórias alternativas, durante muito tempo relegadas para a periferia do discurso público, que passaram a desempenhar um papel activo na reconfiguração do espaço memorial em Portugal. Ao fazê-lo, expôs também os limites das comemorações oficiais e das narrativas históricas dominantes, desafiando os critérios instituídos sobre o que merece ser lembrado, de que forma se constrói essa recordação e quem detém legitimidade para a definir e transmitir. A memória pública do 25 de Abril deixou, assim, de ser entendida como um património consensual e estabilizado, assumindo-se antes como um campo de disputa activa, intergeracional, política e ideológica, onde o passado é constantemente reinscrito à luz das contradições e urgências do presente.

Neste processo, destacou-se o papel das associações da sociedade civil dedicadas à preservação da memória das vítimas do Estado Novo. Organizações como a União de Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP)⁸, o movimento Não Apaguem a Memória (NAM)⁹ e a Associação de Exilados Políticos Portugueses (AEP)¹⁰ têm centrado a sua actuação na reivindicação de reconhecimento simbólico,

nomeadamente através da colocação de placas evocativas, da construção de memoriais e da valorização de locais de repressão enquanto espaços de memória (Raimundo, 2018).

Desta forma, este ciclo memorial que começou com o virar do milénio, revelou não apenas a vitalidade da memória colectiva em contextos democráticos, mas também, e acima de tudo, os riscos que esta enfrenta num cenário de disputas ideológicas intensificadas.

3.4 2020-presente – Reactualização e disputas contemporâneas

O quarto ciclo da memória pública do 25 de Abril e dos opositores ao Estado Novo ocorre num contexto particularmente sensível: o cinquentenário do 25 de Abril, celebrado em 2024, reacendeu a centralidade do passado ditatorial e revolucionário no espaço público português. Tem sido marcado, não só por uma reactualização da memória colectiva, mas também pelo surgimento de tensões acrescidas, reflectidas na emergência de novas disputas simbólicas e políticas em torno do legado da Revolução e da resistência.

A efeméride dos 50 anos impulsionou um vasto programa oficial de comemorações, promovido por entidades públicas – do Estado às câmaras municipais e juntas de freguesia – e por instituições culturais. Este incluiu exposições, debates, projectos educativos, publicações, entre outras iniciativas. O esforço de memorialização procurou construir uma narrativa plural, integrando diferentes protagonistas e reforçando a dimensão pedagógica da memória democrática.

Contudo, esta tentativa de pluralização não eliminou os conflitos. Pelo contrário, este último ciclo caracteriza-se por uma acentuada polarização discursiva, onde a memória do 25 de Abril deixou de ser apenas evocação do passado para

⁸ A URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses, foi fundada em 30 de abril de 1976, reunindo um largo núcleo de antifascistas com intervenção destacada durante a ditadura. No regime democrático, a URAP tem trabalhado na defesa dos ideais do 25 de Abril e da democracia, através de núcleos locais e regionais, a publicação de um boletim e a promoção de iniciativas democráticas e antifascistas.

⁹ O Movimento Não Apaguem a Memória - NAM, composto por activistas ligados ao Bloco de Esquerda e ao Partido Socialista, além de alguns ex-militantes do Partido Comunista Português, defende a preservação, investigação e divulgação da memória da resistência antifascista. O movimento considera que é responsabilidade do Estado, dos poderes públicos e da sociedade garantir a manutenção dessa memória.

¹⁰ A Associação de Exilados Políticos Portugueses - AEP 61-74, fundada em 2015, desenvolve várias iniciativas e publicações sobre o exílio, a resistência antifascista e a guerra colonial, promovendo o resgate da memória dos exilados políticos.

se tornar um campo de disputa, política e simbólica, onde se joga, em larga medida, o futuro da democracia portuguesa.

É neste contexto de crescente tensão que se observa o avanço de discursos revisionistas e negacionistas por parte de sectores da extrema-direita, que encontraram nas redes sociais e nos meios de comunicação novas plataformas para difundir narrativas que desvalorizam a ditadura ou apresentam o processo revolucionário como um momento de caos e ameaça totalitária. Um exemplo notório é o discurso do líder do partido Chega, André Ventura que, em diversas ocasiões, manifestou críticas à Revolução de Abril, chegando a afirmar que "a revolução de 25 de Abril não seria a que eu gostaria que tivesse ocorrido" e que "os cravos vermelhos deviam ser substituídos por cravos pretos, porque é o luto da nossa democracia que hoje devíamos estar a celebrar" (*apud* Silva, 2022). Sem qualquer surpresa, estas declarações e postura revelam uma tentativa de reconfiguração da memória colectiva e pública, afastando-a dos valores democráticos conquistados em 1974.

Este ciclo evidencia também um crescente distanciamento geracional. Como notam Loff e Cardina (2024), para a maioria da população portuguesa actual, o 25 de Abril já não constitui uma experiência vivida, mas sim uma realidade distante, mediada por narrativas escolares, familiares ou mediáticas. Esta mudança impõe a necessidade de repensar os modos de transmissão intergeracional da memória e de reforçar os dispositivos de educação histórica e cívica. O risco do esquecimento, ou da banalização, é real, sobretudo se o trabalho em torno da memória não for acompanhado da reflexão crítica.

Neste cenário, a memorialização de antigos resistentes, presos políticos, vítimas da censura e da tortura assume um papel central na revalorização dos alicerces da democracia portuguesa. Este processo não se reduz à evocação simbólica do passado, constituindo-se antes como um instrumento de construção activa de cidadania e de reafirmação dos valores democráticos.

Um dos exemplos mais significativos desta

dinâmica é a requalificação do Forte de Peniche como Museu Nacional Resistência e Liberdade. Inaugurado em 2024, este espaço representa um caso paradigmático de contra-memória, ao transformar-se de instrumento de repressão do regime salazarista num lugar de homenagem à resistência antifascista. Conforme observa Farinha (2022), esta transição de significado só se concretizou meio século após o fim da ditadura, evidenciando a lentidão e a complexidade dos processos de institucionalização da memória em contextos democráticos.

Simultaneamente, têm-se multiplicado iniciativas memorialísticas em várias regiões do país, muitas promovidas por autarquias e por grupos da sociedade civil. Estas intervenções locais desempenham um papel essencial na descentralização da memória colectiva e pública, ao enraizá-la em contextos específicos de repressão e resistência. Como sublinham Gonçalves, Pereira e Ribeiro (2024, p. 253), "estas homenagens integram as estratégias de afirmação do novo poder local democrático, participante activo nas batalhas pela memória".

Um exemplo paradigmático é o mural "Presos Políticos de Caxias", criado pelo Município de Oeiras em 2023, que homenageia cerca de dez mil cidadãos detidos por motivos políticos entre 1926 e 1974, através da inscrição dos seus nomes. Mais do que um registo nominal, o mural constitui uma intervenção artística que amplifica o testemunho da repressão e da resistência, transformando o espaço público num suporte visual de memória e num instrumento pedagógico dirigido às novas gerações.

Outros casos relevantes incluem o memorial "Pela Liberdade Sonharam e Lutaram", em Silves, que evoca 288 resistentes locais, e o "Memorial Gouveia da Liberdade", cuja escultura, inaugurada em 2024, integra elementos simbólicos como o cravo e mãos que rompem grades, representando a conquista da liberdade. Entre 2019 e 2024, surgiram ainda outros memoriais – sob a forma de murais ou esculturas – em localidades como Peniche, Torres Novas, Mafra, Leiria e Tortosendo, todos eles evocando cidadãos perseguidos e

encarcerados pela ditadura.

Estas obras artísticas no espaço público constituem, por outro lado, actos de resistência visual contra o apagamento da memória. Resgatam e reinscrevem memórias subalternas na esfera pública, afirmando uma política de reconhecimento que desafia os silêncios e omissões das narrativas dominantes. Conjuntamente, compõem uma paisagem memorial que reconstitui a história não apenas como sucessão de factos, mas como um processo vivo de afirmação democrática.

A escolha dos locais onde estes memoriais se erguem é, muitas vezes, carregada de intencionalidade simbólica, sendo instalados em espaços de grande visibilidade ou relevância histórica. Mais importante ainda, é o facto de que a existência de uma rede de lugares de memória disseminada pelo território nacional reforça a ideia de que a resistência ao Estado Novo não foi um fenómeno periférico, mas uma realidade profundamente enraizada social e geograficamente e, ao exprimir-se através da arte, estas memórias locais transformam o espaço público num testemunho permanente de luta e liberdade.

Para além dos dispositivos físicos, observa-se um investimento crescente na construção de arquivos digitais e na recolha de testemunhos através da história oral. Iniciativas como memo-rial2019.org, os blogues *Fascismo Nunca Mais* e *Antifascistas da Resistência* desempenham um papel crucial na digitalização e democratização do acesso à memória da resistência. Paralelamente, projectos desenvolvidos em Oeiras, Mafra, Seixal e Loures têm recolhido testemunhos de ex-presos políticos, contribuindo para preservar a diversidade de experiências de resistência. Procuram resgatar as vozes de quem viveu as lutas pela liberdade, transformando as suas histórias em parte integrante da memória colectiva, preservando, assim, um património imaterial essencial à compreensão da história recente.

Importa destacar esta dimensão: estas acções revelam que, apesar da existência de políticas públicas de memória, é frequentemente a sociedade civil que mais intensamente se mobiliza na preservação da memória da resistência

antifascista. Em conjunto, estas iniciativas não apenas documentam o passado, como também enfrentam as narrativas que o procuram apagar ou distorcer. Criam, assim, um campo de disputa onde a memória da resistência ao Estado Novo se torna mais do que uma herança do passado: assume-se como recurso crítico para a defesa da democracia no presente e para a construção de uma cidadania activa e informada.

Sintetizando, pode-se afirmar que este quarto ciclo marca, pois, uma nova fase de hiperconsciência memorial, em que o passado é, simultaneamente, património, campo de batalha e fonte de projecção para o futuro.

4 Considerações finais

A memória do 25 de Abril e da oposição ao Estado Novo revela-se, hoje, como uma construção em permanente negociação entre o passado e o presente, entre a institucionalização e a acção da sociedade civil, entre a evocação simbólica e a pedagogia democrática, entre a memória fundadora e leituras críticas/alternativas. O crescente afastamento temporal em relação ao evento, com as gerações pós-25 Abril a chegarem à idade adulta sem vivência directa da Revolução, introduz desafios significativos à sua preservação activa, e esta espécie de afastamento potencia o risco da banalização ou da apropriação distorcida da memória, sobretudo em contextos de polarização ideológica e crise democrática como os que presentemente experienciamos.

Neste contexto, o papel da arte, e dos memorialismos públicos, ganha uma relevância crucial. A arte contribui para manter viva a memória desta época histórica ao criar espaços de reflexão – paisagens memoriais – que vão além da simples recordação. Museus, memoriais, esculturas e intervenções urbanas não são apenas representações de um passado distante: exigem enquadramentos e contextos narrativos que questionem, interpelem e inspirem, e que assumam uma função comunicativa intergeracional (Jardim, 2022). Ao integrar uma pedagogia cívica activa, esses dispositivos comunicam não só o sentido histórico, mas também o compromisso

com os valores democráticos. Dessa forma, a arte e as intervenções públicas desempenham uma função educativa e formadora, convidando as novas gerações a refletirem criticamente sobre o 25 de Abril, e sobre como os ideais dessa Revolução podem e devem ser defendidos na actualidade.

Por outro lado, a institucionalização das políticas de memória, frequentemente acompanhada por processos de burocratização, levanta um paradoxo. Embora essas políticas se tenham consolidado nas últimas décadas, a sua formalização tende, por vezes, a diluir o impulso inicial de participação cidadã. Em contracorrente, a sociedade civil tem vindo a afirmar-se como agente dinâmico na revitalização da memória antifascista, através de iniciativas descentralizadas, ligadas ao território e às experiências concretas de contestação, resgatando as histórias de resistência no nível mais imediato e pessoal, que muitas vezes não são contempladas nas grandes narrativas institucionais. Esta dinâmica evidencia que a memória pública não é um legado fechado, mas um campo em disputa, onde coexistem visões divergentes sobre o passado, o presente e o futuro.

O trabalho da memória, nas suas várias formas – seja nas práticas institucionais, nas obras culturais ou nas intervenções locais –, revela-se um campo de disputa política e simbólica. As narrativas sobre o passado não apenas reflectem os acontecimentos, mas participam activamente na sua reinterpretação, sendo constantemente moldadas por diferentes actores e contextos. Esse processo de construção e disputa pela memória não é apenas um exercício de rememoração e de luta contra o esquecimento, mas um acto político e de resistência activa. O que se reivindica, portanto, não é apenas a preservação de uma memória, mas a garantia de justiça, reconhecimento e construção de uma cidadania informada, vigilante e comprometida com a democracia.

A memória do 25 de Abril, portanto, permanece aberta. Continua a ser escrita e reinterpretada, reflectindo simultaneamente a vitalidade da democracia e as suas vulnerabilidades. Manter essa

memória activa – crítica, plural e comprometida – é, hoje, uma das tarefas centrais da cidadania democrática.

Referências Bibliográficas

ASSMANN, Aleida. Transformations between history and memory. *Social Research*, New York, v. 75, n. 1, p. 49-72, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/40972052>. Acesso em: 27 jan. 2026.

BEBIANO, Rui. Memória da resistência ao Estado Novo num tempo sem tempo para a memória. In: GODINHO, Paula; FONSECA, Inês; BAÍA, João (coord.). *Resistência e/y memória: perspectivas ibero-americanas*. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, 2015, p. 41-47. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/16123>. Acesso em: 2 fev. 2025.

BEBIANO, Rui. Três modos de olhar o 25 de Abril nos seus cinquenta anos. *Diário das Beiras*, Coimbra, 4 maio 2024. Disponível em: <https://www.asbeiras.pt/opiniao-tres-modos-de-olhar-o-25-de-abril-nos-seus-50-anos/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

CIOATTO, Roberta Marina; BOFF, Salete Oro. O direito (e o dever) à memória. Um país não pode se calar diante de tudo o que lhe dizem os mortos (e os vivos) da ditadura. *Espaço Jurídico*, Chapecó, v. 14, n. 2, p. 465-494, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/4206/2129>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FARINHA, Luís. Conviver com o passado – uma tarefa sem fim à vista. In: DISPUTA da Memória. Lisboa: Museu do Aljube Resistência e Liberdade, 2022. p. 5-10. Disponível em: https://www.museudoaljube.pt/wp-content/uploads/2022/03/2022_Disputa-da-Memoria_CC.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.

FOUCAULT, Michel. *Language, counter-memory, practice: Selected essays and interviews*. Ithaca: Cornell University Press, 1977.

GONÇALVES, Gil; PEREIRA, Henrique; RIBEIRO, Ana Sofia. Pôr a Revolução no lugar – as políticas de memória da democracia através dos “monumentos ao 25 de Abril”. *Práticas da História*, Lisboa, n. 18, p. 251-297, 2024. Disponível em: <https://praticasdahistoria.pt/article/view/33725/27121>. Acesso em: 25 abr. 2025.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Lisboa: Edições Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Londres: Sage, 1997.

JARDIM, Giovane Rodrigues. Os museus de memória como políticas públicas de memória simbólica, reparatória e de justiça. *Escritas do Tempo*, Pará, v. 4, n. 12, p. 109-133, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47694/issn.2674-7758.v4.i12.2022.109133>. Acesso em: 25 abr. 2025.

LOFF, Manuel. Estado, democracia e memória: políticas públicas e batalhas pela memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In: LOFF, Manuel; CARDINA, Miguel (org.). *25 de Abril: Revolução e mudança em 50 anos de memória*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014. p. 23-143.

LOFF, Manuel; CARDINA, Miguel. O 25 de Abril, 50 anos depois: memória, pluralidade e conflito. In: LOFF, Manuel; CARDINA, Miguel (org.). *25 de Abril: Revolução e mudança em 50 anos de memória*. Lisboa: Tinta-da-China, 2024. p. 15-22.

MORAIS, Joana Rebelo. *Comissão do Livro Negro Sobre o Regime Fascista: Em busca da verdade?* Dissertação (Mestrado) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/12298/1/dissertacao_mestrado_joana_rebelo_morais.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

NORA, Pierre. Between memory and history: Les lieux de mémoire. *Representations*, Oakland, n. 26, p. 7-24, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2928520>. Acesso em: 30 abr. 2025.

OLICK, Jeffrey K. *The politics of regret: On collective memory and historical responsibility*. Nova Iorque: Routledge, 2007.

PERALTA, Elsa. Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: uma resenha crítica. *Arquivos da Memória*, Lisboa, n. 2, p. 4-23, 2007. Acesso em: 2 fev. 2025

PIMENTEL, Irene. *O essencial sobre a PIDE*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2023.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 110/78, de 26 de Maio de 1978. *Diário da República*, I Série, Lisboa, n. 120, 26 maio 1978. Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 171/77, de 30 de Abril de 1977. *Diário da República*, I Série, Lisboa, n. 100, 30 abr. 1977. Ministério das Finanças.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 27 058, de 30 de Setembro de 1936. *Diário do Governo*, I Série, Lisboa, n. 230, 30 set. 1936. Presidência do Conselho.

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 396/74, de 28 de Agosto de 1974. *Diário do Governo*, I Série, Lisboa, n. 200, 28 ago. 1974. Ministério da Justiça – Gabinete do Ministro.

RAIMUNDO, Filipa. *Ditadura e Democracia*. Legados da memória. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/22463>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RAIMUNDO, Filipa. Justiça de Transição e a Memória do Autoritarismo em Portugal. *Revista Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 7, p. 1-32, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/22463>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RAIMUNDO, Filipa; PINTO, António Costa. Memória e reparação das vítimas do Estado Novo na democracia portuguesa. In: MUÑOZ, Antonio; RODRÍGUEZ, Francisco J.; LEÓN, Guillermo (ed.). *El Portugal Salazarista frente a la democracia: El asesinato de Humberto Delgado y sus implicaciones internacionales*. Badajoz: Diputación de Badajoz, 2016. p. 35-53. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/26474>. Acesso em: 15 mar. 2025.

RICOEUR, Paul. Memória, história, esquecimento. Palestra apresentada em *Haunting Memories? History in Europe after Authoritarianism*, Budapeste, 8 mar. 2003. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acesso em: 27 jan. 2026.

ROSAS, Fernando. Prefácio. In: LOFF, Manuel; CARDINA, Miguel (org.). *25 de Abril: Revolução e mudança em 50 anos de memória*. Lisboa: Tinta-da-China, 2024. p. 9-14.

ROUSSO, Henry. *The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

RUIVO, Francisco Bairrão. A cabeça de Salazar e as disputas da memória. In: ENCONTRO SOBRE A MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA (1974-1975). Lisboa: Museu do Aljube, Resistência e Liberdade, 2023. p. 3-20. Disponível em: https://www.museudoaljube.pt/wp-content/uploads/2023/10/2023_10_Caderno-Texto_Coloquio-Memoria.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, Afonso. O 25 de Abril do Chega e do Ergue-te. *Lusotopie*, Aix-en-Provence, v. XXI, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lusotopie.6355>. Acesso em: 3 maio 2025.

SOUTELO, Luciana. O Revisionismo Histórico em Portugal: origens e efeitos na memória da Revolução e do Estado Novo. In: GODINHO, Paula; FONSECA, Inês; BAIA, João (coord.). *Resistência e/y memória: Perspectivas ibero-americanas*. Lisboa: IHC-FCSH/UNL, 2015. p. 48-57. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/16123>. Acesso em: 2 fev. 2025.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2013.

TRAVERSO, Enzo. *O Passado, Modos de Usar*. Lisboa: Tigre de Papel, 2020.

Carla Patrícia Silva Ribeiro

Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a tese *Imagens e representações de Portugal. António Ferro e a elaboração identitária da Nação*. Pós-doutorada pela mesma instituição, com o trabalho *SNI e SEIT (1944-1974): a história de uma instituição do Estado Novo*. Investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Universidade do Porto. Professora-Adjunta na Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Principais áreas de investigação: História cultural contemporânea, com enfoque nas políticas e organizações culturais de regimes autoritários/totalitários, cinema e turismo portugueses durante o Estado Novo, estudos de folclore português nos séculos XIX e XX, em articulação com questões de identidade nacional.

Endereço para correspondência

CARLA PATRÍCIA SILVA RIBEIRO

carlaribeiro@ese.ipp.pt

Como citar este artigo

Ribeiro, C. Entre a Resistência e o Silenciamento: o 25 de Abril, os opositores ao Estado Novo e as batalhas pela memória. Estudos Ibero-Americanos. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2026.1.47964>

Os textos deste artigo foram normatizados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.